



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
Estado do Paraná

**PROMOÇÃO POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES**  
(Decreto nº 306/2016)

**TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA**  
**FUNÇÃO PLEITEADA: TGPC03 – Assistência em Desenvolvimento de Políticas e**  
**Controles de Pessoal**

***INSTRUÇÕES AO SERVIDOR (TESTE OBJETIVO)***

- 1º Assim que receber o gabarito (com cuidado para não o rasgar) confira seus dados impressos e assine no local apropriado. Havendo dúvidas, solicite orientação ao fiscal de sala.
- 2º Verifique se o caderno de testes que você recebeu está de acordo com a função a que pretende concorrer.
- 3º Responda todas as questões primeiramente no caderno de testes (existe apenas uma alternativa correta) e, depois, com calma, transcreva ao gabarito (reserve dez minutos para isso). Não haverá substituição de gabarito e as questões que apresentarem rasuras, não estiverem assinaladas ou com mais de uma alternativa assinalada serão consideradas nulas.
- 4º O tempo mínimo de permanência do servidor em sala será de 30 minutos e a duração do teste objetivo não excederá a 03 horas.
- 5º Ao terminar de responder as questões no gabarito: permaneça sentado; chame o fiscal de sala e aguarde, ele vai conferir seus dados e sua assinatura e, estando tudo correto, ele recolherá seu gabarito e autorizará sua saída do recinto, sem o caderno de prova.
- 6º Após a saída da sala, não será permitida sua permanência nos corredores ou pátio ou o acesso a outras salas ou aos banheiros.

**Solicitamos sua compreensão e colaboração.**

**BOA PROVA!!!**

<b>Servidor:</b>	
<b>Matrícula</b>	<b>Função Pleiteada:</b>

-----

1-	2-	3-	4-	5-	6-	7-
8-	9-	10-	11-	12-	13-	14-
15-	16-	17-	18-	19-	20-	21-
22-	23-	24-	25-			



1) **A retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, reajustado periodicamente de modo a preservar o seu valor aquisitivo denomina-se:**

- a) adicional.
- b) parcelas indenizatórias.
- c) gratificação.
- d) remuneração.
- e) vencimento.

2) **Reabilitação funcional é o conjunto de medidas que visa ao aproveitamento do potencial laborativo residual do servidor efetivo portador de restrições de saúde (física, mental e sensorial), em atividades laborativas compatíveis com as mesmas, e se dará por:**

- a) licença para tratamento da própria saúde.
- b) readaptação ou readaptação funcional.
- c) oferta de cursos de capacitação e aperfeiçoamento.
- d) realização de sessões de fisioterapia e psicoterapia.
- e) avaliação da vida funcional do servidor acompanhada de testes compatíveis com a função.

3) **A insubordinação grave em serviço é passível de:**

- a) pena de advertência.
- b) pena de repreensão.
- c) pena de demissão.
- d) suspensão da remuneração, por até 15 dias.
- e) suspensão da remuneração, por até 30 dias.

4) **A Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, entre outras providências de que trata a matéria, dispõe sobre a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos. Sobre esta Emenda Constitucional, é correto afirmar que:**

- a) a remuneração e os subsídios mensais dos servidores municipais, serão limitados ao valor mensal percebido pelo prefeito a título de vencimentos, ressalvados os adicionais e as horas extras.

- b) a remuneração e os subsídios mensais dos servidores municipais, serão limitados ao valor mensal percebido pelo prefeito a título de vencimentos, com exceção dos vereadores, que serão limitados ao valor do subsídio mensal do presidente da câmara.
- c) a remuneração e os subsídios mensais dos servidores municipais, serão limitados ao valor mensal percebido pelo prefeito a título de vencimentos.
- d) o limite de que trata a matéria, não é aplicado aos servidores municipais admitidos antes da publicação da referida Emenda Constitucional.
- e) o limite de que trata a matéria, não é aplicado aos servidores municipais admitidos anteriormente à Lei Municipal 9.337/2004.

5) **A Emenda Constitucional 47, de 5 de julho de 2005, trata da Previdência Social dos servidores públicos. O Art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005 dispõe que:**

**“Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor [...], que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições: [...]”**

**As condições às quais se refere o Artigo 3º, tratam de:**

- a) tempo de contribuição; tempo de efetivo exercício; idade mínima.
- b) acréscimos ulteriores; tempo de contribuição; tempo de efetivo exercício.
- c) aposentadoria especial; tempo de contribuição; idade mínima.
- d) acréscimos ulteriores; aposentadoria especial; idade mínima.
- e) acréscimos ulteriores; aposentadoria especial; tempo de contribuição.

- 6) O Decreto Municipal nº 526, de 30 de maio de 2011, dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde do servidor e para o acompanhamento de pessoa de sua família. Sobre o agendamento de perícia oficial, matéria do Art. 4º do referido Decreto, analise as assertivas em VERDADEIRO (V) e FALSO (F), e depois responda a alternativa correta.

( ) o servidor, portador de atestado com período superior a três dias, deverá agendar a perícia oficial no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data de início do afastamento.

( ) o servidor, portador de atestados que, somados, ultrapassem três dias no mês, deverá efetuar o agendamento da perícia oficial, no prazo máximo de 3(três) dias úteis, contados da data de início do último afastamento.

( ) quando houver a impossibilidade de agendamento direto, o servidor deverá informar sua chefia imediata que, por sua vez, cientificará a Diretoria de Saúde Ocupacional, solicitando o agendamento da perícia, em prazo não superior a cinco dias úteis, contados do início do afastamento [...].

A sequência de “Verdadeiro” e “Falso” que corresponde à análise é:

- a) F / F / F.
- b) F / V / V.
- c) V / V / F.
- d) V / V / V.
- e) V / F / F.

- 7) A compensação de licença prêmio vencida, tratada no Decreto Municipal nº 1.287, de 19 de dezembro de 2011, poderá ser realizada compensando o seguinte:

- a) IPTU; Débitos inscritos em Dívida Ativa; Débitos com o Plano de Saúde da CAAPSML.
- b) IPTU e outros tributos municipais; Débitos com a COHAB; Débitos com o Plano de Saúde da CAAPSML.

- c) IPTU e outros tributos municipais; Débitos com a COHAB; Débitos inscritos em Dívida Ativa.
- d) ISSQN; Débitos inscritos em Dívida Ativa; Débitos com o Plano de Saúde da CAAPSML.
- e) ISSQN; IPTU; Débitos Inscritos em Dívida Ativa.

- 8) No artigo O Maslow desconhecido: uma revisão de seus principais trabalhos sobre motivação, Sampaio (2009) afirma que: “Uma vez propostas as necessidades básicas e um mecanismo geral de interação entre elas, Maslow (1943) limitou o papel da motivação na explicação do comportamento: As motivações são apenas uma classe de determinantes do comportamento. Ao mesmo tempo em que o comportamento é motivado, ele também é quase sempre determinado biologicamente, culturalmente e situacionalmente.

No trecho do artigo, infere-se que um comportamento é:

- a) determinado, somente, pelas necessidades de segurança.
- b) determinado, somente, pelas necessidades fisiológicas.
- c) determinado pela combinação de necessidades fisiológicas e de segurança.
- d) determinado por fatores internos (biológicos) e externos (culturais e situacionais).
- e) determinado por situações adversas pela qual o indivíduo nem sempre está preparado.

- 9) A Comunicação Interpessoal “é a comunicação que ocorre dentro da organização, e a comunicação entre ela e seu meio ambiente que a definem e determinam as condições da sua existência e a direção do seu movimento” Lee O. Thayer (1976, p. 120). (Fonte: <http://resumosparaconcursosro.blogspot.com.br>).

Sobre a comunicação interpessoal, é correto afirmar que:

- a) o único método de comunicação interpessoal utilizado na Administração Pública é a comunicação formal, expressa nos textos de C.I's e Ofícios.
- b) qualquer tipo de comunicação interpessoal pode ser afetado por barreiras, que podem ser de natureza mecânica, fisiológica, semântica e psicológica.
- c) não há comunicação efetiva quando são utilizadas ferramentas de tecnologia de informação, como e-mails e intranet.
- d) a comunicação informal está em desuso nas organizações, visto que a sua aplicação atrapalha o processo informativo.
- e) a comunicação informal não é suscetível às barreiras, ou seja, o interlocutor é sempre capaz de compreender corretamente o que o outro quis expressar.

**10) De acordo com a Lei nº 4.928/1992 - Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Londrina, dar-se-á o afastamento do servidor sempre que o exercício do cargo se mostre incompatível com o cumprimento de obrigações, encargos ou determinações legais. Sobre afastamento com base na Lei acima citada é correto afirmar:**

- a) dar-se-á o afastamento do servidor, sem prejuízo do efetivo exercício e da respectiva remuneração, para participação, na qualidade de atleta, em provas de competições esportivas oficiais, somente dentro do País, mediante convocação do servidor, por requisição do órgão ou entidade oficial promotora ou participante do evento, para representar o Município, Estado ou a União.
- b) poderá ocorrer o afastamento do servidor sem prejuízo do efetivo exercício, quando da convocação do Reservista das Forças Armadas, em caso de manutenção da ordem interna ou participação em guerra, com remuneração paga pela à União.
- c) poderá ainda ocorrer o afastamento do servidor sem prejuízo do efetivo exercício, para exercício em órgãos ou entidades com os quais o Município mantenha convênio, que rege-se-á pelas normas neste estabelecidas, desde que as mesmas não resultem direta ou indiretamente em prejuízo funcional ou remuneratório ou,

ainda, em relação ao regime jurídico de trabalho. O afastamento não excederá a dois anos.

- d) ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, quando investido em mandato eletivo, em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais.
- e) em hipótese alguma serão concedidos exoneração ou licença para o trato de assuntos particulares, quando houver afastamento para estudo, aperfeiçoamento, especialização ou pós-graduação na área de atuação do servidor, pelo prazo de dois anos, a contar do retorno.

**11) A sindicância, que se aterá a apuração da ocorrência de irregularidades no serviço público e da sua autoria, somente deverá ser instaurada quando não houver elementos de convicção suficientes para a imediata instauração do processo administrativo disciplinar. Sobre sindicância e processo administrativo disciplinar assinale a alternativa correta:**

- a) a instauração da sindicância se dará mediante portaria que contenha: I -breve resumo dos fatos que lhe deram causa; II - Menção dos atos infringentes que estariam sendo imputados ao servidor, com a respectiva tipificação legal e III - a nomeação do auxiliar indicado pelo dirigente do órgão ou da entidade em que teria ocorrido a irregularidade.
- b) instauração do processo administrativo disciplinar se dará mediante portaria que contenha a: I - Menção dos atos infringentes que estariam sendo imputados ao servidor, com a respectiva tipificação legal; II - designação do Corregedor Adjunto que o conduzirá e III - nomeação de auxiliar indicado pelo dirigente do órgão ou entidade em que teria sido cometida a infração.
- c) a instauração da sindicância se dará mediante portaria que contenha: I - Menção dos atos infringentes que estariam sendo imputados ao servidor, com a respectiva tipificação legal; II- a designação do Corregedor Adjunto que a realizará e III - a nomeação do auxiliar

indicado pelo dirigente do órgão ou da entidade em que teria ocorrido a irregularidade.

- d) a instauração do processo administrativo disciplinar se dará mediante portaria que contenha a: I- breve resumo dos fatos que lhe deram causa; II - designação do Corregedor Adjunto que o conduzirá; e III. Nomeação de auxiliar indicado pelo dirigente do órgão ou entidade em que teria sido cometida a infração.
- e) a instauração da sindicância se dará mediante portaria que contenha: I - breve resumo dos fatos que lhe deram causa; II - Menção dos atos infringentes que estariam sendo imputados ao servidor, com a respectiva tipificação legal; III - a designação do Corregedor Adjunto que a realizará e IV- a nomeação do auxiliar indicado pelo dirigente do órgão ou da entidade em que teria ocorrido a irregularidade.

- 12) Com base no Decreto nº 526 de 30 de maio de 2011 do Município de Londrina que dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde do servidor e para o acompanhamento de pessoa de sua família. Julgue os desdobramentos que se seguem e marque V para os verdadeiros e F para os falsos; depois, assinale a alternativa que corresponde à sequência correta.

( ) Nos casos de afastamento superior a noventa dias, consecutivos ou alternados, no período de 12 meses, do próprio servidor, o mesmo deverá ser submetido à Junta Médica Pericial da Prefeitura do Município Londrina, a qual avaliará a capacidade laborativa do servidor.

( ) Quando houver a impossibilidade de agendamento direto, o servidor deverá informar sua chefia imediata que, por sua vez, cientificará a Diretoria de Gestão de Saúde Ocupacional, solicitando o agendamento da perícia, em prazo não superior a cinco dias úteis, contados do início do afastamento. A solicitação para agendamento de perícia oficial, pela chefia imediata do servidor, poderá ser feita por meio de Comunicação Interna, quando se tratar de Órgãos pertencentes à Administração

Direta, ou por Ofício, quando da Administração Indireta, e enviado, à Diretoria de Gestão de Saúde Ocupacional, que efetuará o registro no Sistema de Dados.

( ) Para os servidores com carga horária superior a 6 horas diárias, incluindo-se os detentores de dois vínculos, e para aqueles cujo tratamento esteja relacionado a acidente em serviço, será abonado o horário referente ao período da consulta ou exame e ao deslocamento do local de trabalho ao consultório e vice-versa, mediante a apresentação do atestado médico referendado pela chefia.

( ) Em casos de tratamentos contínuos, deverão ser aceitas declarações de outros profissionais da área da saúde, desde que com profissões regulamentadas e existência de conselho.

( ) A licença maternidade será avaliada pela perícia oficial do município, que determinará a data de início da licença, a qual poderá ser concedida a partir do primeiro dia do nono mês de gravidez, de acordo com as condições físicas da servidora gestante, sempre buscando preservar o bem estar da criança e da mãe.

- a) F-F-V-F-V.  
b) V-F-V-F-V.  
c) F-V-V-F-V.  
d) F-F-V-V-F.  
e) V-V-F-F-V.

- 13) De acordo com o Decreto nº 1.052, de 22 de agosto de 2012 do Município de Londrina, que regulamenta o processo da Promoção na Carreira por Conhecimento da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, a promoção na carreira por conhecimento é a passagem de uma referência para outra imediatamente superior da tabela de vencimentos e ocorrerá mediante apresentação de requerimento individual do servidor interessado, que poderá ser feito a partir do primeiro dia do mês correspondente à data de admissão no serviço público deste Município. Em relação a promoção na carreira por

conhecimento, analise as seguintes afirmativas:

**I. A participação no processo da Promoção na Carreira por Conhecimento fica condicionada ao preenchimento dentre outros aos requisitos básicos: Não ter usufruído licença ou afastamento, com ou sem remuneração, considerados ou não de efetivo exercício pela Lei nº 4.928/1992, por período superior a trezentos e sessenta e cinco dias, consecutivos ou não, nos últimos três anos; não ter apresentado mais que duas faltas injustificadas ao serviço nos últimos três anos; não ter sido suspenso disciplinarmente, por qualquer prazo, nos últimos três anos.**

**II. A participação no processo da Promoção na Carreira por Conhecimento fica condicionada ao preenchimento dentre outros dos seguintes requisitos específicos: ter alcançado pontuação igual ou superior à mínima exigida no sistema de avaliação funcional previsto no art. 25 da Lei Municipal nº 9.337/2004, nas duas últimas avaliações anteriores à data do pedido; possuir tempo de efetivo exercício no cargo e na referência em que estiver posicionado, de, no mínimo, três (3) anos, contados retroativamente da data do protocolo do pedido de promoção; ter alcançado cem (100) pontos, a cada referência da carreira, obtidos mediante a apresentação de certificados e diplomas de cursos e eventos de capacitação e aperfeiçoamento.**

**III. Os cursos e eventos deverão apresentar compatibilidade direta com as funções e complexidades do cargo. O curso de doutorado será pontuado conforme segue: 150 pontos.**

**IV. Os servidores que não atingiram a pontuação mínima exigida para o processo de promoção, constantes do edital poderão interpor pedido de revisão, dirigido ao respectivo titular da pasta.**

- a) somente as afirmativas II e IV são verdadeiras.

- b) somente as afirmativas I e III são verdadeiras.  
c) somente as afirmativas I e II são verdadeiras.  
d) somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.  
e) somente as afirmativas I e IV são verdadeiras.

**14) O Decreto nº 1525/2014 do Município de Londrina, que regulamenta o Sistema Avaliação de Desempenho para Servidores efetivos em Estágio Probatório da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Londrina dispõe em seu art. 8º sobre a Avaliação de Desempenho para servidores em estágio probatório, a ser realizada semestralmente, por comissão instituída para essa finalidade, e que tem por propósito confirmar o servidor no cargo e aferir sua aptidão para o desempenho das atividades que lhe são pertinentes, considerando dentre outros os seguintes requisitos:**

- a) responsabilidade: a compreensão e acatamento das orientações, instruções, ordens superiores, críticas e cumprimento de leis, regulamentos e ordens de serviços.  
b) eficiência: – o comportamento ético do servidor, avaliando sigilo, discricção, justiça e indiscriminação em relação aos colegas de trabalho, superiores e o público em geral.  
c) disciplina: A compreensão e acatamento das orientações, instruções, ordens superiores, críticas e cumprimento de leis, regulamentos e ordens de serviços.  
d) pontualidade: o comparecimento diário, a permanência no local de trabalho e a ocupação do tempo de trabalho para a realização das atribuições do cargo.  
e) disciplina: O cumprimento das atribuições de seu cargo, respeito aos deveres do servidor público, respeito à instituição, formação profissional, o cumprimento dos prazos estabelecidos e a utilização de materiais e equipamentos.

**15) O Decreto nº 493, de 23 de abril de 2015 do Município de Londrina, regulamenta a concessão de turno especial de trabalho**

**e de afastamento para capacitação aos(as) servidores(as) da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Londrina, e dá outras providências. Com base no decreto acima citado em relação ao turno especial de trabalho e a participação em cursos e eventos promovidos e executados pela administração municipal é correto afirmar:**

- a) o turno especial de trabalho será concedido ao(a) servidor(a) estudante quando comprovada a incompatibilidade entre o cumprimento do horário normal de trabalho e a realização de atividades do Ensino Médio, Ensino Técnico/Profissional integrado ao Ensino Médio, Ensino Superior e Pós-graduação, nas seguintes situações: I. frequência a exames admissionais, bimestrais e finais; II. Realização de estágios obrigatórios.
- b) quando a concessão de turno especial de trabalho se destinar a possibilitar ao(a) servidor(a) a frequência em exame admissional para ingresso em cursos de Ensino Superior ou de Pós-graduação, o (a) servidor(a) estudante não estará o(a) dispensado (a) do cumprimento integral da jornada de trabalho, exigida para o cargo, devendo, portanto, haver a indispensável reposição do horário não trabalhado.
- c) o servidor não precisará retornar ao local de trabalho quando a carga horária diária do curso for igual ou superior a dois terço (2/3) da jornada trabalho do dia, sendo considerada como jornada de trabalho cumprida integralmente.
- d) a unidade administrativa promotora do evento deverá expedir certificado da participação do(a) servidor(a) no curso ou evento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: I. título do curso ou evento; II. Nome do(a) servidor(a) participante; III. Data de início e término do curso ou evento e IV. Carga horária, efetivamente, frequentada pelo servidor.
- e) o(a) servidor(a) que efetivar sua inscrição em cursos e eventos promovidos pela Administração Municipal e não comparecer ou tiver frequência inferior a setenta e cinco por cento (75%) da carga horária prevista para o curso, estará impedido de se inscrever e de participar de outros cursos, pelo período de seis (06) meses, além de

indenizar o erário público das despesas havidas com a contratação do evento, referente a sua inscrição.

**16) A Lei nº 9.337, de 19 de janeiro de 2004, dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Londrina e dá outras providências. Segundo a Lei nº 9.337/2004 os cargos de provimento efetivo estão organizados em grupos de carreiras e acordo com a natureza de suas atribuições. São grupos de carreiras do município de Londrina, exceto:**

- a) Grupo de Carreiras de Gestão: composto de cargos cujas atribuições possuem características operacionais, administrativas, técnicas ou científicas.
- b) Grupo de Carreiras de Serviços Essenciais: composto de cargos cujas atribuições destinam se à promoção da saúde.
- c) Grupo de Carreiras de Estado: composto de cargos cujas atribuições abrangem essencialmente a defesa jurídica dos interesses do Município, o exercício do poder de polícia, a auditoria interna e tributária e o planejamento, a organização e o controle institucional.
- d) Grupo de Carreiras do Magistério: composto de cargos cujas atribuições abrangem o exercício das funções de magistério.
- e) Grupo de Carreiras da Guarda Municipal: composto de cargos cujas atribuições abrangem a proteção do patrimônio municipal, bens, serviços, instalações públicas municipais, a proteção do meio ambiente e a colaboração na segurança pública.

**17) Segundo o art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:**

- a) depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias de autarquia, de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.
- b) as funções de confiança, exercidas preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) o Controle Interno e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- d) somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição autarquia e criada empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- e) o planejamento e o orçamento público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desempenham atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, na forma da lei ou convênio.

**18) No livro Liderança Positiva, conforme o autor: “Uma liderança eficaz não precisa de carisma. Grandes líderes políticos e empresariais, eficazes e históricos, que realizaram grandes feitos e transformações, como Lincoln, Roosevelt, Tancredo Neves, De Gaulle, Watson, Walton, Ermínio de Moraes, Sebastião Camargo, Olavo Setúbal e tantos outros, eram até destituídos de carisma e não tinham em comum os mesmos traços marcantes de personalidade e de qualidades” (GUIMARÃES, 2012, p. 25)**

**Assinale a alternativa que não representa a base da liderança eficaz:**

- a) compreensão da missão individual e da missão da empresa.

- b) definir e comunicar as missões individuais e organizacionais de forma clara.
- c) estabelecimento de metas, prioridades e padrões.
- d) comunicação e transmissão das metas de forma a conseguir influenciar e convencer.
- e) habilidade em argumentar contrariamente aos interesses individuais.

**19) Conforme Art. 37, § 2º da Lei 4.928/1992, e Decreto Municipal nº 1.525/2014, para os efeitos do cômputo do período de três anos de efetivo exercício para os servidores em estágio probatório, não serão considerados os dias em que o servidor ausentar-se do trabalho, EXCETO em virtude de:**

- a) Casamento.
- b) Nascimento de Filho.
- c) Luto.
- d) Doação de sangue.
- e) Faltas abonadas.

**20) Conforme o Decreto Municipal nº 1.525/2014, a avaliação de desempenho para servidores em estágio probatório, a ser realizada semestralmente, por comissão instituída para essa finalidade, tem por propósito confirmar o servidor no cargo e aferir sua aptidão para o desempenho das atividades que lhe são pertinentes, considerando os seguintes requisitos:**

- a) disciplina; assiduidade; eficiência; pontualidade; responsabilidade; idoneidade moral.
- b) disciplina; assiduidade; eficiência; pontualidade; legalidade; impessoalidade.
- c) disciplina; assiduidade; eficiência; pontualidade; comprometimento.
- d) disciplina; assiduidade; eficiência; pontualidade; competências; habilidades.
- e) disciplina; assiduidade; eficiência; pontualidade; conhecimento; merecimento.

**21) Sobre a avaliação funcional de desempenho na Prefeitura de Londrina, assinale a alternativa correta:**

- a) é obrigatória somente para os servidores estáveis da administração autárquica.
- b) é obrigatória somente para os servidores estáveis da administração autárquica e fundacional.
- c) é obrigatória somente para os servidores estáveis da administração direta e autárquica.
- d) é obrigatória para os servidores estáveis da administração direta, autárquica e fundacional.
- e) é obrigatória somente para os servidores estáveis da administração direta e fundacional.

**22) Existem diversas teorias motivacionais que buscam explicar o comportamento humano de forma geral e, em especial nas organizações de trabalho, sendo uma delas a teoria das necessidades de Maslow, a qual é apresentada em pirâmide e conhecida por pirâmide da hierarquia das necessidades de Maslow. Quanto a pirâmide da hierarquia das necessidades de Maslow assinale a alternativa correta:**

- a) da base ao topo da pirâmide estão as necessidades fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e de auto realização.
- b) da base ao topo da pirâmide estão as necessidades de segurança, fisiológicas, sociais, de estima e de auto realização.
- c) da base ao topo da pirâmide estão as necessidades fisiológicas, sociais, de segurança, de estima e de auto realização.
- d) da base ao topo da pirâmide estão as necessidades fisiológicas, de segurança, de estima, sociais e de auto realização.
- e) da base ao topo da pirâmide estão as necessidades de estima, de auto realização, sociais, de segurança fisiológicas.

**23) O Decreto N° 493 de Abril de 2015 regulamenta a concessão de turno especial de trabalho e de afastamento para capacitação aos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Londrina. É de direito do servidor e à critério da administração conceder afastamento do servidor, sem prejuízo do efetivo exercício e da respectiva remuneração,**

**sempre que o exercício do cargo se mostrar incompatível com o cumprimento de obrigações, encargos ou determinações legais e em alguns casos. Assinale a alternativa correta quanto aos casos em que pode ser concedido o afastamento para capacitação:**

- a) participação em congressos, certames culturais, técnicos ou científicos, de comprovado interesse do Município e estudo, aperfeiçoamento, especialização ou pós graduação, na área de atuação do servidor, compreendendo as modalidades “latu sensu” e “stricto sensu”, realizados dentro e fora do país.
- b) estudo, aperfeiçoamento, especialização ou pós graduação, na área de atuação do servidor, compreendendo apenas a modalidade “latu sensu”.
- c) estudo, aperfeiçoamento, especialização ou pós graduação, na área de atuação do servidor, compreendendo apenas a modalidade “stricto sensu”.
- d) estudo, aperfeiçoamento, especialização ou pós graduação, na área de atuação do servidor, compreendendo as modalidades “latu sensu” e “stricto sensu”, realizados dentro do país.
- e) estudo, aperfeiçoamento, especialização ou pós graduação, na área de atuação do servidor, compreendendo as modalidades “latu sensu” e “stricto sensu”, realizados fora do país.

**24) Conforme Decreto Municipal 1.052/2012 e alterações posteriores, na promoção por conhecimento, os cursos e eventos deverão apresentar compatibilidade direta com as funções e complexidades do cargo. No que tange aos eventos de capacitação e aperfeiçoamento com carga horária e frequência efetiva igual ou superior a 20h, será pontuado:**

- a) 0,10 pontos por hora.
- b) 0,15 pontos por hora.
- c) 0,20 pontos por hora.
- d) 0,30 pontos por hora.
- e) 0,40 pontos por hora.

**25) De acordo com o Art. 37, II, da Constituição Federal, a investidura em**

**cargo ou emprego público de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:**

- a) depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, [...] ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- b) depende de aprovação prévia em concurso público de provas, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, sem ressalvas.
- c) depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, [...] ressalvados os cargos de contratação emergencial.
- d) depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, [...] ressalvadas as hipóteses de ascensão funcional.
- e) depende de aprovação prévia em teste seletivo, [...] inclusive para as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.